



## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA – CSSF

REQUERIMENTO Nº DE 2013

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública nesta Comissão com o objetivo de discutir a custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil.

Senhor Presidente,

Com amparo nos arts. 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno, vimos requerer a Vossa Excelência que, no contexto das atividades do GT da Saúde Mental, seja realizada audiência pública, nesta Comissão, com o objetivo de debater a custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil.

### JUSTIFICAÇÃO

A população carcerária que não deveria estar internada em alas psiquiátricas soma pelo menos 741 indivíduos dos 3.989 identificados no estudo: A custódia e o tratamento psiquiátrico - Censo 2011, idealizado e coordenado pela professora Debora Diniz, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), com financiamento do Ministério da Justiça. O Censo 2011 revela ainda que 41% dos exames de cessação de periculosidade estão em atraso. Segundo Debora Diniz, o atraso médio praticado para a emissão de laudos é de 10 meses, sendo que a legislação estabelece como limite o prazo de 45 dias. “Não são asseguradas as determinações legais de permanência, tampouco os laudos psiquiátricos e as decisões judiciais”, afirma a professora.

Em nossa opinião, conclui-se que o atual sistema de execução da medida de segurança no Brasil configura uma das maiores violações aos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, demonstrando, assim, a urgente necessidade de criação de agenda política, social e jurídica voltada para a atenção psicossocial, assistência jurídica, moradia, trabalho e demais direitos das pessoas com transtornos mentais em medida de segurança; de uma política assistencial social, a criação de equipe de



atenção psicossocial na Atenção Básica, além da implantação de todos os dispositivos extra hospitalares de saúde mental – Programa Saúde na Família, CAPS, Residência Terapêutica, dentre outros.

Isso posto, e visando ampliar essa importante discussão vimos requerer a realização da audiência pública ora proposta.

Isso posto, e considerando a inegável importância do tema ora sugerido, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a provação do presente Requerimento.

Sala das Comissões,

agosto de 2013

**Deputada Erika Kokay - PT/DF**